

O jogo de guerra eleitoral

» OTÁVIO SANTANA RÉGO BARROS
General de Divisão da Reserva



Em artigo intitulado *Romper o Ferrolho (Estado de São Paulo, 27/1/22)*, o jornalista e cientista político William Waack estabelece um paralelismo entre a atual situação político-eleitoral de nosso país e a forma de manobra militar chamada duplo envolvimento.

Waack, apreciador da arte da guerra, argumenta que o ex-presidente, líder das pesquisas eleitorais, e o atual mandatário desejam inviabilizar quaisquer concorrentes da chamada terceira via, para se enfrentarem em um segundo turno dos intransigentes.

O candidato que se destaca em seguida na disputa por votos sofre ataques simultâneos da esquerda e da direita, contornado em um “movimento de pinça”, que o impede de ganhar musculatura na campanha. Com a terceira via detida no terreno, experientes analistas defendem que apenas uma situação inusitada romperia a frente de batalha na Verdun eleitoral brasileira.

Feitas essas considerações e inspirado no vocabulário militar usado no artigo, analisarei, em um teatro de operações fictício, as forças dos contendores, as possibilidades dos oponentes e as manobras possíveis como se fosse um jogo da guerra eleitoral, sob o ponto de vista da terceira via.

Os Vermelhos serão a facção liderada pelo ex-presidente; os Amarelos, a capitaneada pelo atual; e os Azuis, uma federação com os outros pretendentes ao cargo de chefe de governo.

Na análise sobre os Vermelhos, o flanco esquerdo tem maior poder de combate, impulso e se mostra apto a alcançar o objetivo estratégico de vencer as eleições de outubro em primeiro turno.

Quanto aos Amarelos, o flanco direito tem poder de combate elevado, mas não confiável, esbarra na possibilidade de deserções, além de contar com menor apoio da população.

Para os Azuis, é crucial a adesão a um pacto que una os demais pretendentes com condições técnicas e políticas para governar o país ou, então, aceitar o papel de figurante. Logo, é preciso decisão e foco.

Na primeira fase, essa força-tarefa deve executar uma ação retardadora (trocar espaço por tempo) na zona de ação dos Vermelhos e impedir que o oponente alcance o objetivo estratégico decisivo. Simultaneamente, concentrar suas melhores tropas e atacar a zona de ação dos Amarelos, fazendo-os perder a impulsão e recuar.

Na segunda fase, fixar os Amarelos e infletir para atacar o flanco desgarnecido dos Vermelhos, que estarão engajados ante o retardamento dos Azuis, forçando-os a defender-se em duas frentes.

O ataque principal dos Azuis será liderado por quem estiver mais próximo e em contato com os oponentes. Caso essa tropa perca a velocidade, será substituída em posição por outro agrupamento desdobrado na segunda linha, mantendo o ritmo.

Algumas considerações sobre os fatores preponderantes do conceito de manobra dos Azuis: — não há poder de combate para atuar em toda frente e ao mesmo tempo contra os Vermelhos e Amarelos; — os Vermelhos podem conquistar o objetivo principal ainda na primeira fase da manobra; — os

Amarelos são mais vulneráveis a defecções; — os Amarelos, derrotados na primeira fase, podem reforçar os Azuis; — persiste um sentimento antivermelho capaz de energizar o “todos contra eles”; — cresce um sentimento antiamarelo; — e o tempo é a variável determinante.

O general chinês Sun Tzu afirmou: “Se quisermos combater [...], o que temos a fazer é atacar um ponto diferente (inesperado), que o oponente seja obrigado a defender”. Com o tempo sendo crucial, os Azuis precisarão encontrar o centro de gravidade (debilidade dos opositores) transformando-o na novidade sugerida por estudiosos.

Jogo encerrado. Voltemos ao mundo não fictício. Aquele da covid, do desemprego, da inflação, dos famélicos, do escárnio à serenidade, das aleivosias, no qual a sobrevivência da população é desafio diário do pai ou mãe de família.

A sociedade precisa sair da trincheira insalubre, onde respira o gás letal — uma arma usada para asfixiar os combatentes na 1ª Guerra Mundial — representado pela falta de ética e moral espargido por algumas más autoridades que controlam o cenário nacional.

Ou romperá o dilema da polarização, ou viverá o conflito fratricida. Por acomodação, não pague para ver cartas escondidas e fraudadas, a surpresa será dolorida e a perda inestimável. “É na ação, e não no descanso, que os homens encontram o prazer” (John Adams). Se desejarem avaliar outro cenário, mudem as cartas do jogo, o resultado só depende de você. Paz e bem!

Visto, lido e ouvido

Desde 1960

Circe Cunha (interina) // circecunha.df@dabr.com.br

Na corda bamba

No Brasil, já se sabe, a Justiça é uma corda esticada, na qual se equilibram a lei, de um lado e, de outro, as infinitas variações dela, oriundas da interpretação pessoal que pode ser dada por juízes. Trata-se da hermenêutica, princípio transformador das letras, que tudo pode, lançando causas e leis para o fundo do precipício. Tudo para o gaudío de egos imensos, com muitas exceções, é claro.

Vista dessa forma, a lei é, em nosso país, um personagem secundário em toda a trama da Justiça. De modo sucinto, o que temos, portanto, mesmo a despeito do desejado equilíbrio e harmonia das partes, são juízes, e não as leis a pesar em todo o processo. Desse modo, nada surpreende que uma mesma Corte possa sentenciar à prisão, em regime fechado, por anos a fio, um miserável que furtou um tubo de pasta de dente num supermercado, e em ato contínuo livrar, de qualquer condenação, um flagrante ladrão do dinheiro público, acusado de desviar milhões de reais do erário, emprestando a esse malfetor todo o amparo legal e simpatia da Justiça.

A repetição, até monótona entre nós, de casos dessa natureza, acabou por retirar dessas decisões todo o surrealismo que elas encerram. Trata-se aqui de uma aberração a que fomos acostumados a assistir a cada sentença. Réus confessos, aqueles sobre cujos crimes não pesam quaisquer dúvidas, são orientados pela própria Justiça a voltar atrás em seus relatos e dar o malfeito por ficção ou sonho.

Nossas masmorras, lotadas com centenas de milhares de indivíduos, nascidos na mais abjeta miséria, permanecem presos sem quaisquer condenações definitivas. Por outro lado, não se nota nessas prisões um espécime sequer desses emplumados corruptos e surrupiadores do dinheiro público, todos eles mantidos longe do alcance das leis e das punições.

Com isso, eleição após eleição, esses intocáveis encontram nova guarida e nova ficha limpa para se acherar ao poder e, obviamente, para as proximidades dos cofres da União, de onde voltam a delinquir, seguros de que esses crimes repetidos permanecerão impunes para sempre.

» A frase que foi pronunciada

“A liberdade de eleições permite que você escolha o molho com o qual será devorado.”

Eduardo Galeano

Nota 10

» Iniciando uma frota de aviões próprios, os Correios vão atingindo os objetivos traçados. Recursos logísticos com mais rapidez, otimização no prazo de entrega e ampliação dos serviços expressos.

Paralelo

» Movimento estranho no laboratório Sabin. Mesmo com um WhatsApp disponível para a transmissão de documentos a quem interessa atendimento domiciliar, a comunicação trava, um funcionário liga dizendo que uma pessoa irá à residência para fotografar os documentos. Protocolo sem sentido.

Leitura Longeva

» No *Blog do Ari Cunha*, o link para inscrição no Leitura Longeva. O primeiro encontro aconteceu, mas haverá um evento por mês para debates sobre assuntos importantes aos mais vividos. Veja com a idealizadora Juliana Seidl se ainda é possível participar.

Arte

» Que diferença faz a música. Mais uma edição do *Favelagrafia*, projeto lançado com fotografos de várias favelas cariocas ainda chama a atenção pela criatividade da foto publicitária. Homens nos degraus do morro, com o rosto coberto, e no lugar do fuzil, um saxofone, um trombone e um trompete. Veja no *Blog do Ari Cunha*.

Manutenção

» Na 907 Norte, bueiros abertos são perigo constante.

Candanguice

» Na 202 Norte, um espírito de porco transformou o g em c e até hoje nenhuma autoridade se deu conta. Veja a foto no *Blog do Ari Cunha*.

Lupa

» A Câmara Legislativa voltou aos trabalhos. As metas deste ano exigem da população da cidade um olhar mais atento. Os assuntos tratados em futuro próximo passam pela Lei de Uso e Ocupação do Solo (Luos), pelo Plano Diretor de Ordenamento Territorial (Pdot) e pelo Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília (PPCUB).

» História de Brasília

Hoje, começemos por Taguatinga. Quando se resolveu a transferência das oficinas da Cidade Livre para Taguatinga, os que queriam colaborar com a Prefeitura aderiram logo ao movimento e enfrentaram as dificuldades, que eram muitas. (Publicada em 17/2/1962)

A ciência tem o próprio tempo

» HÉLIO ANGOTTI NETO

Secretário de Ciência, Tecnologia, Inovação e Insumos Estratégicos em Saúde do Ministério da Saúde

A ciência de qualidade tem o próprio tempo. A presente crise sanitária nos mostrou que é possível acelerar o desenvolvimento da pesquisa, mas a complexidade do contexto e sua grande mutabilidade, causada por novas variantes do vírus, novas descobertas e soluções inovadoras frustram muitas vezes a possibilidade de alcançar conclusões mais definitivas.

Isso se traduz na falta de consenso ainda presente entre profissionais de saúde e pesquisadores diante de muitas dúvidas e do cenário científico ainda imaturo para certas conclusões. Muita expectativa foi criada acerca das Diretrizes Terapêuticas para covid-19. Uma proposta foi produzida e enviada para análise no Ministério da Saúde, mas não foi aprovada por uma série de fatores.

Até o presente momento, só as vacinas já foram incorporadas no SUS por meio da Conitec. O ideal seria ter medicamentos incorporados para estabelecer diretrizes conforme previsto em lei. Assim, esse medicamento poderia ser fornecido pelo SUS.

Porém as diretrizes ambulatoriais não indicam nenhum medicamento para tratamento no SUS, não contêm orientações de diagnóstico e não demonstram informações sobre seguimento clínico. Além disso, todo o processo de elaboração das diretrizes sofreu vários questionamentos: conflitos de interesses, fragilidade na transparência dos processos, descumprimento de

formalidades processuais, possíveis vieses nas referências, fragilidades e inconsistências metodológicas, erros na inserção de dados, baixo poder estatístico de alguns trabalhos e conclusões sem a devida sustentação.

A decisão de não aprovar as diretrizes primou pela lisura e imparcialidade do processo e pelos melhores padrões técnicos e científicos. A Nota foi, então, publicada para deixar transparente tudo o que influenciou a decisão.

Contudo, muitos ficaram insatisfeitos e, ao invés de questionarem com argumentos sólidos, descontextualizaram e distorceram uma tabela, promovendo a narrativa mentirosa de que a Nota afirmaria efetividade de hidroxicloquina e não efetividade das vacinas. Verdade seja dita, a própria Nota claramente afirma que vacinas tiveram trabalhos publicados demonstrando efeitos positivos.

Quanto à tabela, servia para mostrar assimetrias nos critérios para julgar diferentes tecnologias. Membros da própria Conitec, a comissão responsável por emitir essas diretrizes para aprovação, questionaram a assimetria.

Apesar de o conteúdo da tabela estar certo em seu contexto, uma nova nota foi publicada com sua remoção, demonstrando objetiva boa-fé em deixar as coisas bem claras, sem prejuízo do conteúdo que fundamentou a decisão de não aprovar as diretrizes.

Com certeza, todos gostariam de respostas

científicas já estabelecidas para os grandes problemas da pandemia, mas a análise dos dados requer sabedoria para somente tirar conclusões que a boa aplicação da metodologia científica permite. Ademais, espera-se que novas tecnologias sejam incorporadas ao SUS e uma nova tentativa de estabelecer diretrizes seja bem-sucedida.

E como ficamos agora, sem as diretrizes aprovadas? Continuamos com as diversas orientações do Ministério da Saúde que já estão publicadas, aguardamos novas incorporações tecnológicas e acompanhamos novidades no campo científico em busca de soluções e melhores conhecimentos sobre o Sars-Cov-2 e seus impactos sobre o mundo. Acima de tudo, é reconhecido que o diálogo científico precisa prosseguir e que ainda não temos todas as definições que se queria para o momento.

Assim, o Ministério da Saúde prossegue em contínuo e constante esforço, em um contexto de diálogo e respeito à ciência e aos princípios bioéticos, publicando orientações aos profissionais e cidadãos, respeitando o direito de o cidadão acessar o SUS e honrando a dedicação dos profissionais de saúde que, desde o início da pandemia, arriscaram a própria vida no enfrentamento de uma doença aguda, potencialmente letal e ainda pouco conhecida, para que a oportunidade de salvar a vida dos pacientes não fosse perdida.